

PEDRO FERRAZ DA COSTA DEFENDE

# Dirigentes públicos incompetentes devem ser afastados

A Região de Lisboa e Vale do Tejo voltou a ter um rendimento inferior à média comunitária e deveria ser novamente elegível no acesso ao PRR e ao Portugal 2030 – considera Pedro Ferraz da Costa. Em entrevista à Vida Económica” o presidente do Fórum para a Competitividade refere que a quebra do investimento prejudica a produtividade, sendo necessário corrigir o atraso de execução dos programas de incentivos.

Na perspetiva do economista e ex-líder da CIP, esse atraso deve-se também à contínua diminuição da competência de governantes e dirigentes da administração pública. “Era preciso ter a coragem de afastar os dirigentes incompetentes, mesmo que só tenham sido admitidos nas semanas anteriores às eleições”, afirma.



“Devia exigir-se uma auditoria a diversos serviços da administração pública para ter uma ideia segura da real situação financeira”, afirma Ferraz da Costa.

VIRGÍLIO FERREIRA  
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

## Vida Económica – Até que ponto a conjuntura internacional poderá influenciar as perspetivas de crescimento económico para Portugal?

Pedro Ferraz da Costa - A evolução da conjuntura internacional é determinante para o crescimento de uma pequena economia aberta como a portuguesa. Ao longo da nossa história os períodos de maior crescimento sempre corresponderam aos de maior abertura comercial.

Devemos aliás procurar os mercados de maior crescimento, o que recentemente temos feito. O peso do comércio externo com os EUA tem aumentado nos últimos anos e será a forma de compensar a pior performance da economia europeia e, dentro desta, da economia espanhola.

Também devíamos olhar muito mais para os mercados asiáticos.

## VE – Que pode ser feito corrigir o atraso de execução do PRR e Portugal 2030?

PFC - O atraso da execução tem várias origens. O pecado original é a visão de médio prazo - preparada pelo Eng. Costa Silva e pelo Ministro do Ambiente, Eng. Matos Correia - estar desajustada das nossas necessidades e capacidades.

Em segundo lugar a vontade de excluir a zona de Lisboa e Vale do Tejo de concorrer ao programa reduziu o número de potenciais candidaturas. E podia ter sido diferente. Basta olhar para Espanha onde os recursos já foram distribuídos pelos sectores.

Em terceiro lugar o governo quis reservar muitos recursos para os projetos seus

preferidos na velha convicção de que os empresários irão sempre correr atrás dos subsídios e desprezar a racionalidade económica do investimento.

Por último a competência dos ministros e dirigentes da administração pública continuou a diminuir.

Acho que era preciso ter a coragem de afastar os dirigentes incompetentes, mesmo que só tenham sido admitidos nas semanas anteriores às eleições.

Devia voltar-se a aceitar candidaturas de Lisboa e Vale do Tejo. Foram excluídas quando a região chegou à média comunitária. Infelizmente já caiu para baixo da média. Devia então abrir-se depressa e anunciá-lo. E isto foi e é verdade quer para o PRR, quer para o Portugal 2030.

## VE – Acha que em vez das medidas fiscais propostas pelo Programa do novo Governo se deveria avançar com um “choque fiscal”?

PFC - Devia exigir-se uma auditoria a diversos serviços da administração pública para ter uma ideia segura da real situação financeira. Só depois disso será possível ter um plano realista da redução dos impostos, que é necessário.

Há a suspeita de que o subinvestimento atingiu níveis muito elevados em diversos serviços, nomeadamente na saúde. E será necessário dar prioridade a esses investimentos.

Aliás globalmente o investimento e o

stock de capital por posto de trabalho diminuíram nos últimos anos, inviabilizando assim a subida da produtividade.

A responsabilidade é da política governamental seguida, não é nem das empresas nem dos trabalhadores.

Um choque fiscal seria útil para aumentar o investimento produtivo.

Mas há muitas medidas fiscais úteis para o crescimento que se podem tomar e que são baratas:

- Reduzir a morosidade e a incerteza fiscal causada pela Autoridade Tributária

que ainda não saiu do ritmo criado pelo COVID;

- Promover concentrações e fusões como forma rápida de aumentar a escala das empresas, permitindo-lhes mais facilmente a integração de novas tecnologias, a digitalização e o acesso a mais mercados externos. Precisamos de ultrapassar os 50% do PIB como peso das exportações.

-Estimular os planos de sucessão nas empresas como forma de evitar as perdas de capital humano e de equipamentos e instalações que ocorrem no encerramento das empresas e ao invés assegurar mais crescimento.

## Reforma da política orçamental foi atrasada

## VE – Até que ponto a despesa pública está ou não controlada?

PFC - Os primeiros meses da execução orçamental evidenciam um crescimento

## “Autoridade Tributária ainda não saiu do ritmo criado pelo COVID”

acentuado das despesas correntes. Havia muita despesa reprimida que agora vai aparecer pelo lado das reivindicações

Embora não haja informação detalhada sobre o atraso na recepção de transferências de Bruxelas respeitantes a tranches do PRR sabe-se que houve atrasos de execução em relação a um plano de racionalização da Administração Pública que não é adaptada estruturalmente desde o 25 de abril.

O plano será concentrar os secretariados dos diversos ministérios a funcionar na antiga Caixa Geral de Depósitos.

O que se passa?

Sabemos que a reforma da política orçamental foi atrasada nos últimos oito anos.

Não acredito que assim seja possível usar bem os recursos que os contribuintes põem à disposição do Estado.

## VE – Quais deverão ser os alicerces do aumento das exportações, da produtividade e da competitividade?

PFC - Os alicerces do aumento das exportações e da competitividade serão desde logo os “clusters” identificados no projecto PORTER com maior potencial de desenvolvimento.

A digitalização e a inteligência artificial devem ser integradas pelas empresas para aumentar a sua competitividade e a sua capacidade concorrencial.

Refiro-me ao sector dos componentes para a indústria automóvel, ao sector energético, ao sector metalúrgico e metalomecânico mas também ao sector farmacêutico em particular e ao sector da saúde em geral.

O grosso dos resultados virá da Indústria, mas na agricultura também há muito a fazer que trará resultados.

O sentido da modernização será o mesmo: digitalização, inteligência artificial, integração de melhor conhecimento científico e resposta às oportunidades do mercado europeu.

Não foi o Ministério da Agricultura, com a sua conhecida irrelevância nas áreas do futuro, que descobriu as oportunidades.

Foram os agentes económicos, o investimento estrangeiro e os fundos financeiros que construíram o sucesso dos novos olivais, exemplo de modernidade no aproveitamento da água em actividades que nem tinham começado a existir quando se elaborou o Plano de Rega do Alentejo.

Esta modernização será mais rápida e mais produtiva se as condições de enquadramento da actividade das empresas melhorar decisivamente e se for fácil o acesso ao mercado de capitais.

A necessidade de aumento da dimensão das nossas empresas implica a existência de um mercado de capitais que desempenhe o seu papel insubstituível de financiamento do investimento e da atividade económica.